

RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.135 - PR (2014/0256620-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**
ADVOGADOS : **LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295**
 EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -
 PR024498
ADVOGADA : **TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129**
ADVOGADOS : **RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS - PR015711**
 LARISSA LEOPOLDINA PIACESKI - PR052154
RECORRIDO : **RICARDO ANTÔNIO LAZARINO**
ADVOGADOS : **JÚLIO CESAR DALMOLIN - PR025162**
 JAIR ANTONIO WIEBELLING E OUTRO(S) - PR024151
 MARCIA LORENI GUND - PR029734
 MARA SUELI CLAVISSO - PR046471
 VALÉRIA BRAGA TEBALDE - PR041137

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÕES - CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS ESCRIVÃES, NOTÁRIOS E REGISTRADORES CONPREVI LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO COM ANOREG, ASSEJEPAR E INOREG - NÃO CONFIGURAÇÃO DE HIPÓTESE DE LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL E NÃO CONFORMAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA ÚNICA E INDIVISÍVEL - COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA - JULGAMENTO DA ADC N. 870407-6, PELO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJPR, QUE CONTEMPLA MODULAÇÃO DE EFEITOS - CABIMENTO DA RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS APÓS O AFORAMENTO DA DEMANDA - ILEGITIMIDADE ATIVA DA PARTE AUTORA - INOCORRÊNCIA - CONDIÇÃO DE FILIADO TAL QUAL PREVÊ O ART. 2º DA LEI N. 12830100 - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CONPREVI - INOCORRÊNCIA - CARTEIRA RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS, DETENDO AUTONOMIA FINANCEIRA E PATRIMÔNIO PRÓPRIOS - ABATIMENTO DE GASTOS ADMINISTRATIVOS E REPASSES A OUTRAS ENTIDADES - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE

COMPROVAÇÃO PELA REQUERIDA - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - TERMO A QUO DOS JUROS DE MORA - CITAÇÃO - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 204 DO STJ - REDISTRIBUIÇÃO SUCUMBENCIAL DEVIDA - APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 535, 247, 248, 475-A, 620 e 655 do CPC/73, sustentando, em síntese, (a) omissão do tribunal quanto à nulidade do cumprimento de sentença, de cujo o início os patronos da agravante não foram intimados, (b) embora os atuais advogados da instituição financeira possuíssem instrumentos de procuração válidos nos autos, eles não foram intimados da decisão do Tribunal que determinou a baixa do processo à 1ª instância, o que os impediu de exercer defesa antes do início do cumprimento de sentença, gerando nulidade absoluta no feito, (c) a incidência da multa então prevista no art. 475-J do CPC/73 demandava prévia intimação do devedor e (d) a sentença prolatada na fase de conhecimento foi ilíquida, razão pela qual era necessário proceder à sua liquidação por artigos.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 363).

É o relatório.

Não conheço do apelo especial no tocante ao pedido de afastamento da multa do art. 475-J do CPC/73, tendo em vista que, nesse ponto, a instituição bancária não foi sucumbente. Conforme consta do aresto de 2º grau, "[o] montante bloqueado judicialmente (fl. 212 - TJ) é o mesmo valor do pedido de cumprimento de sentença (fl. 31 - TJ), ou seja, não consta a multa 10% prevista no artigo 475-J do CPC" (fl. 305).

Rejeita-se a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, uma vez que a parte recorrente limita-se a apresentar alegação genérica de omissão, sem especificar quais teriam sido as teses, argumentos ou temas omitidos e qual seriam sua relevância para a solução da causa. O apelo, portanto, nessa parte, atrai o óbice da Súmula 284 do STF, aplicada por analogia. Nesse sentido, confirmam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284 DO STF. PLANO DE SAÚDE. DEPENDENTE. IDADE LIMITE. REEXAME DE MATÉRIA

FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

*(EDcl no AREsp 336.626/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015 - grifou-se)*

"RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente apresenta alegação genérica de omissão, sem se preocupar em especificar quais seriam exatamente as omissões e qual a relevância da questão omitida para solução da controvérsia, atraindo, de forma inarredável, a exegese da Súmula 284/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

*(AgRg no AREsp 263.135/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014 - grifou-se)*

Além disso, todas as controvérsias objeto do agravo de instrumento foram devidamente apreciadas pelo TJPR, a saber, a alegada nulidade do cumprimento de sentença, o afastamento da multa do art. 475-J do CPC/73 e a necessidade de liquidação da sentença. Não houve, portanto, qualquer omissão no acórdão estadual.

O alegado vício do processo - em razão da ausência de intimação da parte, no tocante à baixa dos autos à 1ª instância para o início do cumprimento de sentença - foi

reconhecido pela Corte de origem, mas o pedido de declaração da nulidade foi rejeitado, haja vista a ausência de prova do prejuízo experimentado pelo banco. Veja-se do acórdão recorrido:

"Em primeiro lugar observo que a ausência de intimação não causou qualquer prejuízo da parte.

O montante bloqueado judicialmente (fl. 212 - TJ) é o mesmo valor do pedido de cumprimento de sentença (fl. 31 - TJ), ou seja, não consta a multa 10% prevista no artigo 475-J do CPC, que realmente é indevida, já a intimação da parte vencida não foi efetivada.

Tomando-se por base que o valor está bloqueado, este pode servir como a garantia do juízo para que, a partir daí não incida a multa do já mencionado artigo 475-J do CPC, não havendo necessidade de se anular a penhora para então se possibilitar a parte que faça o depósito para garantia do juízo, aproveitando-se, assim, os atos processuais praticados em homenagem ao princípio da celeridade." (fl. 305)

De fato, a alegação de nulidade da parte não se sustenta. Além de ela não ter sido sancionada com a multa do art. 475-J do CPC/73, nada impede a impede de requerer a substituição da penhora de valores em dinheiro por outra espécie de garantia do juízo, cabendo ao magistrado singular decidir a respeito do tema.

Diante disso, o acórdão recorrido deve ser mantido, pois proferido em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual só se declara a nulidade de ato processual, se caracterizado prejuízo à parte. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

2. Em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas, somente se reconhece eventual nulidade de atos processuais caso haja a demonstração efetiva de prejuízo pela parte interessada.

3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não

impugnado quando suficiente para a manutenção de suas conclusões impede a apreciação do recurso especial.

5. Agravo interno não provido.

*(AgInt no AREsp 1380723/SP, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019)"*

Por fim, não compete ao STJ, em sede de recurso especial, analisar se a sentença, no caso concreto, possui elementos suficientes para ser liquidada por mero cálculo aritmético ou se é necessário proceder à liquidação por artigos, pois isso demandaria exame fático, obstado pela Súmula n. 7/STJ. A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. INTIMAÇÃO TÁCITA. PRECEDENTES DO STJ. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DESNECESSIDADE. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Na espécie, verifica-se que, ante a apresentação dos cálculos pelo credor, o juiz de primeiro grau determinou o cumprimento de sentença. Nesse passo, a agravante se antecipou e peticionou nos autos requerendo o procedimento de liquidação de sentença por perícia com fundamento na complexidade da matéria, ocasião em que a Corte estadual a considerou regularmente intimada, diante do comparecimento espontâneo.

2. No que tange à validade da intimação, observa-se que o acórdão recorrido guarda consonância com o entendimento perfilhado por este Tribunal Superior, no sentido de que o comparecimento espontâneo torna inequívoca a ciência da decisão impugnada, suprindo, assim, a intimação da parte executada.

3. A Corte de origem concluiu que a quantia a ser paga pela agravante poderia ser fixada mediante elaboração de cálculos aritméticos, sendo desnecessária a liquidação por artigos ou arbitramento. Desse modo, aferir se a liquidação de sentença deve ser efetivada por simples cálculo aritmético ou mediante liquidação por artigos na ação coletiva enseja o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência que atrai o óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

*(AgInt no AREsp 1330364/SP, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 25/06/2019)"*

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator